

Como não defender o vegetarianismo enquanto obrigação moral

Ricardo Miguel
LanCog, Centro de Filosofia
Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Resumo

No artigo “O vegetarianismo como obrigação ética” (*Crítica*, 10 de Setembro de 2015), Moutinho defende que o vegetarianismo é uma obrigação moral. Fá-lo argumentando por duas vias: que o estatuto moral dos animais é incompatível com serem usados pelos humanos para alimentação; e que o vegetarianismo é consequência do nosso dever em preservar o equilíbrio ecológico do planeta. O meu objectivo neste artigo é mostrar que os argumentos apresentados são insuficientes para estabelecer o vegetarianismo como obrigação moral

Palavras-chave

Ética; vegetarianismo; animais; interesses; obrigação moral.

Introdução

No artigo “O vegetarianismo como obrigação ética” (*Crítica*, 10 de Setembro de 2015), Moutinho defende que o vegetarianismo é uma obrigação moral.¹ Fá-lo por duas vias: a primeira, argumentando em favor de um estatuto moral dos animais não-humanos (doravante, ‘animais’) que é incompatível com serem usados pelos humanos para alimentação; a segunda, argumentando que o vegetarianismo é consequência do nosso dever em preservar o equilíbrio ecológico do planeta. De um modo geral e na prática estou

1. Todas as citações são do artigo mencionado, cuja publicação original, se não estou em erro, surgiu em 2002 no extinto sítio *Filosofia & Educação* (filedu.com). Não é claro para mim se Moutinho usa os termos ‘moral’ e ‘ética’ distintamente mas, em todo o caso, como eu não faço distinção usarei apenas o primeiro.

convencido da sua conclusão (com a ressalva de 'obrigação moral' ter uma leitura consequencialista). Mas estou longe de concordar que a argumentação utilizada seja suficiente para a alcançar. O meu objectivo neste artigo é mostrar tal insuficiência.

Apesar deste ser um artigo de resposta e, por isso, bastante circunscrito, creio que pode ter uma utilidade mais geral. Infelizmente, as discussões em língua portuguesa sobre estes assuntos ainda são escassas e estão sobretudo assentes em preconceitos ou opiniões pouco fundamentadas. Nesse sentido, mesmo não defendendo aqui qualquer tese positiva acerca da obrigação moral do vegetarianismo, creio que as minhas críticas à argumentação de Moutinho potenciam uma discussão mais precisa e imparcial. Se tiver razão no que se segue, aqueles que pretendem defender o vegetarianismo como obrigação moral terão de apresentar outros argumentos.

Ao longo da secção 1 defendo a minha discordância de Moutinho acerca do estatuto moral dos animais (conforme apresentado por ele) conduzir à obrigação do vegetarianismo. Faço isto discutindo criticamente os pontos que me parecem fundamentais do seu texto: a defesa do interesse na liberdade física (1.1); do interesse na preservação da própria vida (1.2); e o recurso ao especismo e à regra de ouro. Depois, na secção 2, levanto igualmente algumas objecções acerca do vegetarianismo ser um dever consequente do dever de preservar o equilíbrio ecológico do planeta. Sobre isto ignorei propositadamente algumas partes do texto de Moutinho acerca da relação entre a ecologia e o vegetarianismo. Mas fi-lo pois julgo que não o auxiliam nas críticas que tenho a apontar. Aliás, conforme refiro no início da secção 2, um dos problemas apontados acerca da suposta relação entre a ecologia e o vegetarianismo está igualmente na secção 1.2: as suas premissas não são suficientemente gerais para autorizar a conclusão da obrigação moral do vegetarianismo. Por outro lado, em conformidade com o que refiro no final da secção 2, também dediquei relativamente menos atenção a esta parte do texto de Moutinho pois a sua posição neste ponto é menos assertiva (ou mais exploratória) do que acerca do estatuto moral dos animais.

1 O estatuto moral dos animais: interesses elementares, especismo e regra de ouro

Como disse acima, concordo em geral com a conclusão de que os animais merecem ser tratados de forma muito diferente daquela que a esmagadora maioria das pessoas trata, patrocinando a cada compra de carne, ou de outros produtos derivados de animais, uma indústria que maltrata e mata animais em números difíceis de pronunciar. Não irei, ainda assim, detalhar aqui as razões para tal concordância, mas estão também intimamente ligadas com a capacidade dos animais sentirem prazer e dor de forma que considero moralmente relevante. Também aceito que tais capacidades estão relacionadas

philosophy@LISBON

correspondentemente com interesses: o interesse em sentir prazer e o de evitar a dor. Mas a partir daqui começa efectivamente a minha discordância com o que Moutinho defende no referido artigo. Para além destes interesses, que ele considera como um interesse geral no bem-estar físico e psíquico, ele apela ainda a outros dois interesses dos animais: o interesse na liberdade física e o interesse na preservação da própria vida. No entanto, ele não apresenta razões suficientes para se aceitar tais interesses.

1.1 O interesse na liberdade física será elementar?

Em relação ao interesse na liberdade física Moutinho diz que

Do interesse que um ser senciente tem no seu bem-estar físico e psíquico decorre um segundo interesse que é o interesse em não ser aprisionado, ou melhor, o interesse na sua liberdade física, uma vez que o aprisionamento é fonte de grande pressão psicológica e, por consequência, angústia e sofrimento psíquico. Podemos, então, estabelecer desde já que todo o ser senciente tem dois interesses elementares: o interesse no seu bem-estar (ou seja, o interesse em não sofrer, nem a nível físico nem psíquico) e o interesse na sua liberdade física (ou seja, o interesse em não ser aprisionado).

Uma observação inicial a fazer é que, aceitando que o interesse na liberdade física decorre do interesse no bem-estar, então, ou os animais não têm tal interesse na liberdade física, uma vez que pode ser reduzido àquele primeiro, ou têm tal interesse mas para que seja “elementar” como o primeiro deve implicá-lo também – isto é, devem implicar-se mutuamente. Contudo, não é óbvio, e parece até duvidoso, que o interesse no bem-estar decorra do interesse na liberdade física. Como tal, pelo menos ficam a faltar algumas palavras sobre o alegado interesse elementar na liberdade física.

Talvez isto pareça uma minúcia irrelevante, mas não o é na medida em que: (i) se a protecção moral de um ser depender apenas dele ter certos interesses elementares, então para se saber a extensão de tal protecção tem de se saber quais são os interesses elementares; (ii) para avaliar a moralidade de acções que envolvem conflitos de interesses, em geral é importante conhecer quais os mais fundamentais, pois estes terão prioridade ou mais peso. Para ilustrar (i), aceite-se que só interesses elementares (que não são consequência de outros) conferem protecção moral. Agora imagine-se, por exemplo, que os gorilas têm o interesse elementar em evitar a dor mas que o interesse na sua liberdade física não é elementar (isto é concebível na medida em que ter liberdade física limitada não implica dor, apesar de talvez implicar uma vida pior). Assim, enquanto que caçar gorilas seria errado, mantê-los num habitat controlado,

como um parque natural ou mesmo um zoo com condições extraordinárias, não o seria. Quanto a (ii), caso o interesse em evitar a dor seja elementar e o de ter liberdade física não o seja, então, em geral, as situações de conflito entre tais interesses deverão ser avaliadas dando prioridade ou mais peso ao primeiro interesse; se os casos forem tais que manter um animal livre o fará sofrer, podendo isto ser evitado ao limitar a sua liberdade, então pôr em prática tal limitação seria correcto.

Portanto, quando se defende que um conjunto de interesses é a base de um estatuto moral, convém especificar de que modo é tais interesses se relacionam entre si. Em especial, se alguns derivam doutros, há que dizer algo sobre o ponto a partir do qual, na cadeia dos interesses, estes não conduzem a obrigações morais (a não ser que se aceite que qualquer interesse fundamenta uma obrigação moral, o que não parece aceitável). Alguém pode estar perfeitamente convencido que o interesse dos animais em evitar a dor é suficiente para estabelecer a incorrecção moral de todo o género de maus tratos físicos e psicológicos mas, ainda assim, aceitar que o interesse deles na liberdade física não vai além de evitar a dor. Ou seja, pode aceitar-se que é errado maltratar animais mas que não é errado limitar a sua liberdade física (até ao ponto que tal limite se torna maltrato, claro).

1.2 Terão os animais interesse na preservação da própria vida?

Como as razões que entendo levarem a um certo estatuto moral dos animais assentam em grande medida na sua capacidade para as experiências de prazer e dor (tal como Moutinho), considero que tais razões apenas tornam moralmente incorrecta a produção intensiva de animais e qualquer forma de exploração que cause dor e constitua naturalmente uma obstrução a uma vida globalmente satisfatória. Isto é, uma na qual as experiências de prazer se sobreponham às de dor. Mas Moutinho passa apressadamente da incorrecção moral da produção intensiva de animais para incorrecção da produção de animais em condições de vida boas. Sobre isto, diz ele que

seria possível criar animais e alimentá-los em liberdade, da forma mais natural possível, sem lhes infligir sofrimento, nem mesmo na morte (ou, pelo menos, reduzindo substancialmente o sofrimento a que são submetidos). Mas, mesmo que o primeiro e o segundo interesse elementar dos não-humanos fossem, assim, respeitados, o terceiro – o interesse na preservação e continuação das suas vidas (ou em não serem mortos) – continuaria a não ser respeitado. Para além do mais, se não estamos dispostos a aceitar que se criassem humanos para serem comidos, mesmo que não sofressem, por que poderemos aceitar que isso seja feito com os não-humanos?

Este trecho torna claro que a defesa de Moutinho de que a criação de animais em liberdade é incorrecta assenta no interesse dos animais na preservação e continuação das suas vidas. Mas este interesse está longe de se poder aceitar como transversal a toda a variedade de animais existentes. E Moutinho reconhece isto quando, ao falar de animais com vidas mentais menos complexas, diz que “não terão as capacidades mentais e intelectuais necessárias para que possam aperceber-se de forma consciente do que é a morte, de que estão sujeitos a ela e, em face disso, quererem evitá-la.” Ou seja, quanto muito seria incorrecto produzir grandes primatas e cetáceos, pois, tanto quanto sabemos, são estes animais que têm tais capacidades. Acontece que estes animais são dos menos usados para alimentação humana, o que significa que isto em nada ajuda a sustentar a obrigação moral do vegetarianismo.

Ao invés, os animais mais consumidos pelos humanos, como as galinhas, as vacas e os porcos, não têm seguramente capacidades mentais em grau semelhante aos grandes primatas e cetáceos. Por isso mesmo, querendo justificar que tais animais também devem ficar fora dos menus, Moutinho apela à nossa ignorância sobre as capacidades efectivas de tais seres, dizendo que assim como não temos dados que nos permitam estabelecer se têm de facto interesse na preservação e continuação das suas vidas, também não temos dados para o negar. Consequentemente, diz que é “mais prudente e seguro tratarmos estes animais como seres potencialmente ou possivelmente interessados em não ser mortos.”

Ora, em primeiro lugar, julgo que este apelo à prudência implica proteger muitos mais animais do que é razoável. Pela mesma ordem de ideias, se também ignorarmos se certos insectos têm ou não interesse na preservação e continuação das suas vidas, não os devemos comer. Mas será isto prudente? Julgo que não. Devemos agir na base do conhecimento que dispomos e nas nossas melhores previsões. E creio que é seguro afirmar que não faz parte das nossas melhores previsões que os insectos, as galinhas, as vacas e os porcos tenham vidas mentais que incluem o interesse na preservação e continuação das suas vidas.

Porém, em segundo lugar, julgo que Moutinho está a tentar defender a sua conclusão através de uma noção psicológica de interesse que me parece ser demasiado restrita e exigente. Se se aceita que o estatuto moral dos animais está intimamente associado ao seu bem-estar, faz mais sentido pensar nos interesses dos animais como o conjunto de tudo o que promove o seu bem-estar. Isto é, se algo é benéfico para o bem-estar de um animal, então tal animal tem interesse nisso ou, dito de um modo menos psicológico, tal coisa é do interesse do animal. Nesta concepção de interesses – chame-se-lhes ‘objectivos’ –, os animais podem muito bem ter o interesse em preservar as suas vidas sem sequer serem autoconscientes ou terem capacidades cognitivas complexas

que lhes permitam ter interesses no sentido psicológico.² Aliás, se o estatuto moral depender da noção psicológica de interesse, então os bebés, as crianças muito jovens e mesmo os humanos adultos com certas incapacidades mentais não mereciam grande protecção moral, pois estes ou não têm tais interesses de todo ou têm muito poucos.³ No entanto, mesmo sendo incapazes de ter tais interesses, em geral muita coisa é do seu interesse – isto é, promove o seu bem-estar. Portanto, creio que Moutinho poderia simplesmente defender que não só os grandes primatas e os cetáceos, mas também a maioria dos animais usados para alimentação, têm o interesse imparcial em preservar as suas vidas. Mas mesmo que este fosse o seu argumento, seria insuficiente para fundamentar a obrigação do vegetarianismo, pois não é óbvio que tais interesses dos animais se sobreponham aos interesses dos humanos relevantes (muito menos em todo e qualquer caso, como parece ser o defendido por Moutinho). Assim, seria preciso apresentar algum argumento em favor de uma avaliação comparativa dos interesses em causa que fosse favorável aos animais.

Em terceiro lugar, e em abono da verdade, devo referir que Moutinho passa quase inexplicavelmente da incerteza de que certos animais têm interesse em manter-se vivos para a afirmação de “que os animais que são sencientes, além do interesse que têm no seu bem-estar e na sua liberdade física, têm também interesse em continuar vivos.” Digo “quase inexplicavelmente” porque ele sustenta isto na base da prudência, já discutida acima, e na consideração de que independentemente “terem um interesse consciente em continuarem vivos ou não (...) a preservação da sua vida é um bem na medida em que lhes permite continuar a ter uma série de experiências felizes”. É manifesto que há aqui algo difícil de explicar: como é que os animais podem ter o interesse em continuar vivos se podem não ter um interesse consciente em continuar vivos? De facto, conforme a distinção de dois tipos de interesses, apresentada acima, isto é possível, mas Moutinho não faz tal distinção, e neste ponto confunde o que é um animal ter um interesse consciente, algo análogo a ter um pensamento, com o que é algo ser do interesse do animal, no sentido de promover o seu bem-estar. Deste ponto do seu texto em diante procura então extrair várias conclusões sobre as obrigações éticas devidas aos animais assumindo que ficou estabelecido o que de facto ficou por estabelecer, isto é, que “todos os seres sencientes” possuem os três interesses elementares

2. Não pretendo dizer que os interesses psicológicos não são objectivos; estou apenas a usar ‘objectivos’ para salientar o aspecto de independência do indivíduo ou de uma consciência.

3. Para além disto, ter em conta os interesses no sentido psicológico pode mesmo ser desastroso para a avaliação moral das acções, uma vez que nesse sentido os interesses podem contrariar o próprio bem-estar. Por exemplo, supondo que um cão tem o interesse consciente em continuar a viver após um grave acidente ao qual não irá sobreviver senão durante mais umas horas de sofrimento intenso, ainda assim, julgo que tal interesse, indo contra o seu interesse no bem-estar, não deve sustentar qualquer protecção da sua vida. Antes, como é do seu interesse não sofrer, o correcto é acabar com o seu sofrimento da melhor maneira possível.

considerados.

1.3 Recurso ao especismo e à regra de ouro

Uma vez que Moutinho não apresenta argumentos suficientes para que se aceite que todos os animais sencientes têm interesse na preservação e continuação das suas vidas, a secção em que compara o sexismo e o racismo ao especismo perde a importância pretendida. Os humanos, em geral, têm tal interesse. Os animais, em geral, não. Deste modo, pelo menos a criação e abate de animais em condições isentas de sofrimento não pode ser considerada a par de discriminações imorais como o racismo e o sexismo. Tanto quanto Moutinho pode defender é que maltratar animais na base de não serem de uma certa espécie é imoral. Mas, mais uma vez, isto não permite concluir que o vegetarianismo é uma obrigação moral. Pelas mesmas razões, o dever do veganismo também não se segue da sua argumentação. Ao não dar conta do desafio da produção animal em condições de bem-estar satisfatórias (nas quais os dois primeiros interesses são observados), do seu texto apenas se conclui que a comum produção animal é incorrecta. Ou seja, fica assim por alcançar a conclusão do vegetarianismo como obrigação ética.

Ainda antes de passar à análise da segunda via – a de carácter ecológico – usada para defender a obrigação do vegetarianismo, gostaria de salientar que o apelo de Moutinho à regra de ouro é igualmente inconsequente e até o vejo como um retrocesso na sua argumentação. Moutinho faz-nos imaginar uma invasão de extraterrestres com capacidades mentais superiores às dos humanos e que os usam como eles usam os animais: produzem-nos e alimentam-se deles. E depois pergunta se “estariamos dispostos ou aceitaríamos ser tratados desse modo, apenas por não sermos tão inteligentes ou autoconscientes quanto esses extra-terrestres, ou, pior ainda, apenas por não pertencermos à sua espécie ou classe?” Concordo que a resposta a esta pergunta é uma “recusa categórica”, mas discordo que só por isso a regra de ouro seja aqui aplicável. Os humanos podem avançar razões para distinguir, de modo relevante, por um lado, a acção dos extraterrestres sobre os humanos e, por outro, a acção dos humanos sobre os animais. Uma dessas razões – e que me parece suficiente – é que os humanos, em geral, são pessoas, ao passo que os animais, em geral, não são. Por conseguinte, não há inconsistência na “recusa categórica” dos humanos em servirem de refeição aos extraterrestres e na aceitação de se alimentarem de animais. Não é verdade que temos o dever de tratar seja o que for como gostaríamos de ser tratados. A regra de ouro só se aplica quando não há qualquer distinção moralmente relevante a fazer entre as partes envolvidas. Pelo contrário, quando há tal distinção, há espaço para que tais partes mereçam tratamentos distintos na base de estatutos morais distintos. Em suma, os humanos não estão para os animais como os supostos

extraterrestres estariam para os humanos.⁴

2 A ecologia e a obrigação do vegetarianismo

As considerações ecológicas que Moutinho apresenta são igualmente incapazes de fundamentar a obrigação do vegetarianismo. Padecem do mesmo mal apontado acima acerca da hipótese da produção animal em condições de bem-estar satisfatórias (ver 1.2). Tal como ele não apresenta um argumento que ponha de parte esta hipótese, porque nem todos os animais têm o interesse consciente em preservar as suas vidas, ele também não apresenta um argumento que ponha de parte a hipótese de se preservar “o equilíbrio ecológico do planeta” ao mesmo tempo que se produz e consome carne. Tanto quanto podemos saber, a poluição envolvida na produção animal, quer na indústria pecuária quer na piscatória, só destrói os ecossistemas e põe em causa a sustentabilidade do planeta devido às quantidades gigantescas de produção e ao lucro ser o objectivo principal. Intuitivamente, contudo, haverá alguma quantidade de produção animal que não tem tais implicações. Talvez essa quantidade não desse para todos os humanos comerem um bife por dia, talvez nem perto disto, mas o ponto é que tal estado de coisas não obrigaria ao vegetarianismo.

Se Moutinho quisesse apenas defender que o vegetarianismo é uma das opções, entre outras, que tornaria a vida no planeta terra mais sustentável do que actualmente é, então concordaria perfeitamente. Mas então não se estaria a falar do vegetarianismo como obrigação. Além disto, parece ser o caso que a sustentabilidade do planeta é um problema “técnico” cuja resolução passa pelo desenvolvimento de tecnologia adequada. São concebíveis cenários futuristas nos quais a produção animal quase não tem impacto ecológico e isto é bastante para deitar por terra a via ecológica para a obrigação do vegetarianismo. Quanto muito, da forma como as coisas são actualmente, o vegetarianismo contribuiria para minorar os efeitos já nefastos da variada actividade humana no planeta. Mas não seria a única opção e claramente não poderia ser pensado como algo que todas as pessoas deveria fazer, isto é, como uma obrigação moral.

Para deixar mais claro onde falha o argumento de Moutinho, atente-se na seguinte apresentação do mesmo:

- (1) Temos o dever de preservar o equilíbrio ecológico do planeta.
- (2) A produção de animais para alimentação é uma das actividades que mais destrói o equilíbrio ecológico do planeta.

4. Replicar que os extraterrestres poderiam igualmente não saber se os humanos eram ou não pessoas é inconsequente. Se eles fossem de facto muito inteligentes certamente conseguiriam obter alguns indícios de que os humanos são pessoas. Ao invés, não temos tais indícios senão de umas poucas espécies animais que nem sequer são as mais afectadas pela produção de carne.

(3) Logo, temos o dever de parar com a produção de animais para alimentação.

Mesmo que aceitemos sem discussão a primeira premissa, nas duas leituras possíveis da segunda premissa e da conclusão o argumento é de rejeitar. Devido à ambiguidade contextual associada à expressão ‘produção de animais’, a segunda premissa pode significar (2*) ou (2**):

(2*) Toda a produção de animais para alimentação é uma actividade que destrói o equilíbrio ecológico do planeta.

(2**) Alguns tipos de produção de animais para alimentação são actividades que destroem o equilíbrio ecológico do planeta.

Como a mesma expressão também aparece na conclusão, esta também admite duas leituras análogas. O problema agora é o seguinte: se a leitura a aceitar for (2*), então a premissa é certamente falsa, dado que há formas de produção de animais que preservam o equilíbrio ecológico do planeta (pequenas produções biológicas, por exemplo); se, por outro lado, a leitura a aceitar for (2**), então o argumento é inválido ou irrelevante para estabelecer o vegetarianismo como obrigação moral. No primeiro caso, é inválido quando a leitura da conclusão é análoga à da leitura (2*). No segundo caso, é irrelevante para a conclusão pretendida porque se a conclusão for apenas que temos o dever de parar com alguns tipos de produção de animais para alimentação, então daqui nada se segue quanto aos outros tipos de tal produção. Consequentemente, nada se segue quando à obrigação do vegetarianismo.

Depois há algumas passagens sobre a relação entre a ecologia, a eficiência económica e o vegetarianismo que mais parecem wishful thinking do que argumentação racional. Quando fala do problema da fome do mundo e como o vegetarianismo poderia contribuir para o resolver, Moutinho diz que “a produção de alimentos de origem animal não oferece respostas para este problema; pelo contrário, acentua-o”. Moutinho parece ceder aqui à retórica da parcialidade, desde logo porque a existência de fome num sistema de produção alimentar que inclua carne não é necessária. Ou seja, de facto há fome, mas poderia não haver se certas condições políticas, económicas e sociais fossem diferentes. Por exemplo, se a distribuição de riqueza, dos meios de produção, e a qualificação da população for igualitária, provavelmente não haveria fome. Ademais, tal como se poderia desviar para os humanos os alimentos vegetais usados para alimentação animal, assim também se poderia desviar para os países atacados pela fome a carne em excesso que é consumida pelos diversos países “desenvolvidos”.⁵ Assim, não vejo a fome como um problema específico da produção de alimentos de origem animal.

5. Com ‘carne em excesso’ não quero dizer nada mais do que o consumo além do consensualmente recomendado pelos peritos em nutrição.

E, como tal, não percebo nem em que medida é que o acentua nem em que medida é que isto contribui para a defesa do vegetarianismo como obrigação moral. A não ser que acontecessem grandes mudanças nas políticas internacionais, muito provavelmente as pessoas nos países “desenvolvidos” poderiam aceitar a obrigação do vegetarianismo ao mesmo tempo que nos países “subdesenvolvidos” se continuaria a morrer à fome.

Conclusão

Ambas as vias exploradas por Moutinho para defender o vegetarianismo como obrigação moral ficam aquém do objectivo. A via do estatuto moral, aparentemente mais promissora, enfrenta vários problemas. Primeiro, o interesse na liberdade física não parece ser elementar como o interesse no bem-estar e Moutinho não clarifica se os deveres dependem apenas da consideração de interesses elementares. Caso dependam, limitar a liberdade física não é errado (ou não é tão errado quanto maltratar); caso não dependam, fica por saber qual o ponto a partir do qual, na cadeia dos interesses, estes não conduzem a obrigações morais. Depois, mesmo aceitando que os animais têm os dois primeiros interesses “elementares”, há o desafio de alguns tipos de produção animal não infringirem nenhum deles. Por fim, o interesse na preservação da própria vida parece ser atribuível apenas a muito poucas espécies de animais, as quais quase não surgem nas ementas. Estes problemas, por si só, exigem argumentação adicional em favor do vegetarianismo como obrigação moral.

Ainda sobre o estatuto moral dos animais conduzir à obrigação do vegetarianismo, notei também que Moutinho não distingue entre interesses conscientes, de carácter psicológico, de interesses objectivos – aquilo que promove o bem-estar – e que isto aparece confundido na sua argumentação acerca do interesse na preservação da própria vida. Esta confusão enfraquece a sua argumentação, pois, ao contrário do interesse consciente na preservação da própria vida, que é apenas atribuível a poucas espécies animais, tal interesse objectivo, arguivelmente, é transversal aos animais. Não obstante, mesmo isto não autorizaria a obrigação do vegetarianismo, dado que é necessário defender que tal interesse dos animais se sobrepõe sempre aos interesses incompatíveis dos humanos.

Quanto à via da ecologia para a obrigação do vegetarianismo, a réplica é essencialmente que “o equilíbrio ecológico do planeta” não é incompatível com produzir e consumir carne. A incompatibilidade existe apenas em relação a certas formas de produção. O pequeno produtor biológico, que produz apenas para seu consumo, não está a destruir o equilíbrio ecológico do planeta. Para além disto, muitos dos problemas ecológicos da actual produção de animais podem ser resolvidos com tecnologia apropriada. A produção animal pode ser ecológica, embora assim talvez não consiga garantir alimento para a mesma

quantidade de pessoas que a produção comum consegue. Mas isto já invalida o ponto de Moutinho, que defende a obrigação moral do vegetarianismo e não apenas a incorrecção de certas formas de produção animal.

Por fim, mostrei que o problema da fome não constitui um ponto especial em favor do vegetarianismo como obrigação. Mesmo que a actual pecuária intensiva não contribua para resolver o problema da fome, este também não seria resolvido apenas pelo cumprimento geral de uma dieta vegetariana. O simples facto de que o uso das actuais produções vegetais para alimentação dos animais poderiam, em grande medida, servir para alimentação humana não invalida a produção e consumo de carne. Os países desenvolvidos já produzem e consomem em excesso. A fome no mundo poderia ter um fim sem o auxílio do vegetarianismo. Eventualmente, a sua adopção geral poderia ser uma grande contribuição, juntamente com várias mudanças políticas e sociais. Mas é uma alternativa entre várias, sendo por isso insuficiente para sustentar uma obrigação moral.

Referências

Moutinho, Miguel. O vegetarianismo como obrigação ética. *Crítica*, 10 de Setembro de 2015. <http://criticanarede.com/mmoutinhoovegetarianismocomoobligacaoetica.html> [acedido em 10 de Setembro de 2015.]